

OS MÚLTIPLOS CONTORNOS DO AMOR: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES AMOROSAS CONTEMPORÂNEAS

Flávia Angelo Verceze
Franciane Oliveira Nantes
Geise Ribeiro de Souza
Gabriele Gris
Gracielly Terziotti de Oliveira
Sonia Regina Vargas Mansano

Introdução

A presente pesquisa foi desenvolvida no decorrer dos anos de 2010 e 2011, na disciplina prática de Psicologia Social Prática I e II, do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. O interesse por investigar este tema surgiu pela frequência com que ele é debatido nos grupos sociais e mesmo na mídia, que dedica em suas programações intervalos de tempo significativos para tematizá-lo em novelas, em telejornais, em peças publicitárias ou em programas dedicados exclusivamente a apreciação de “casos amorosos”.

A problemática das relações amorosas encontra-se amplamente presente na vida das pessoas, não somente no âmbito do contato direto, como é de costume pensar, mas também na constituição do psiquismo. Assim, este estudo busca trilhar os caminhos das relações amorosas e compreender suas diferentes configurações e implicações no passado e na sociedade atual.

A forma de conceber o amor como um sentimento sublime e capaz de unir duas pessoas para toda a eternidade, tornando-as completamente felizes, é uma ideia que se propagou de maneira bastante significativa mais especificamente no decorrer do século XVIII, com a emergência e expansão do chamado romantismo. Mas, ao mesmo tempo, essa caracterização do amor não exprime a complexidade que lhe atravessa.

Tendo em vista que o amor é uma produção histórica construída socialmente, buscamos, neste estudo, acompanhar como suas transformações produzem efeitos nas maneiras de experimentar essa dimensão das relações humanas.

Algumas considerações históricas sobre o amor

O período conhecido como Antiguidade Clássica, exprimiu uma visão sobre o amor e sobre a sexualidade completamente diferente da que predomina hoje. As civilizações grega e romana viam o apaixonar-se como uma espécie de doença e a satisfação sexual era considerada o “fim natural” dos relacionamentos. Nesse sentido, na Grécia Antiga, por exemplo, não existiam muitas restrições para que os homens exercessem sua sexualidade em relações homoeróticas presentes na pederastia (Goldhill, 2007).

Com o passar dos séculos, os relacionamentos amorosos sofreram algumas modificações, sobretudo com a propagação em Roma de uma nova moral pagã, que aos poucos foi cristalizando a tendência de estabilização das relações. Por volta do século II, a moral romana sofreu modificações dentre as quais o costume de abandonar filhos, o aborto, a traição do homem e da mulher, as viúvas que dormiam com seus “protetores” e a homossexualidade passaram a ser reprovadas e até punidas. O casamento ainda não implicava em amor, mas os cônjuges possuíam alguns deveres. E foram esses mesmos deveres que precederam a “invenção” do casal puritano e da moral conjugal, além do casamento cristão (Simmonet, et al 2003).

Além da prática da cerimônia do casamento em si, o cristianismo também produziu efeitos na esfera da vida privada, substituindo o modelo de família “paterfamilias” (pai da família) característico da antiguidade, que consistia em um modelo de orientação masculina na organização social, pelo modelo de família nuclear, característico da burguesia, que consistia em uma família com apenas um casal de pais e seus filhos. Novais (1998) afirma que a religião também demarcou fronteiras, chegando a produzir efeitos sobre a estrutura física da casa, isto é, as casas passam a ser construídas com um número maior de cômodos, privilegiando a discrição, a intimidade e o isolamento.

Dessa maneira, por meio do casamento, foi possível ver o efeito dos preceitos religiosos como virgindade, pureza, homem provedor e sexo voltado para reprodução da espécie, recair sobre as relações amorosas. Os papéis sociais do casal foram cada vez mais diferenciados, cabendo à mulher a submissão e o respeito ao marido, e ao homem a subsistência financeira da família.

O século XII, das sociedades cavaleirescas, foi o pano de fundo para o desenvolvimento do amor cortês, que relativizou e reconstruiu os preceitos eclesiais que até então vigoravam. A disseminação desse tipo de amor fortaleceu a ideia de que o amante deveria se mostrar submisso à sua amada (Santos, 2007). Deste modo, a figura da mulher, adquiriu importância diante das reformulações pelas quais a sociedade feudal passava. De uma mulher submissa ou da pecadora, ganhou espaço a castelã: bonita, virtuosa e digna de todos os esforços do cavaleiro para a sua conquista (Sant'Anna, 2008).

Foi no século XVIII que começou a ganhar contornos o que conhecemos como “amor romântico”. Este foi, segundo Giddens (1993), consagrado com a ascensão das novelas literárias, cujos enredos mostravam uma jovem heroína “provedora do amor”, que buscava ganhar o coração do amado para criar com ele uma relação de sentimento mútuo.

Neste contexto social, as mulheres eram subordinadas ao lar e houve uma associação do casamento à maternidade, que tornou o amor romântico feminizado. Isso gerou uma tensão para os homens da época e Giddens (1993) explicita que eles resolviam esse problema com a dissociação do lar e do sexo, buscando a satisfação sexual com amantes ou com prostitutas. Apesar disso, o amor romântico difundia a ideia de que envolvimento com o objeto amado deveria ser duradouro, eterno.

Segundo Costa (1999), o amor romântico tem como premissas a espontaneidade do sentimento, ou seja, é algo que aflora em nós independentemente da nossa vontade, é incontrollável e ocorre muitas vezes à primeira vista, sendo também universal. Costa (1999) diz ainda que outra crença gerada pelo amor romântico é a de que os obstáculos devem existir para fortalecer o sentimento amoroso e que este seria capaz de vencer qualquer dificuldade. Nesse sentido, é possível perceber que a atualidade ainda é amplamente atravessada por pressupostos românticos. Costa mostra isso ao dizer que “quando não realizamos o ideal imaginário do amor, buscamos explicar a impossibilidade culpando a nós mesmo, aos outros ou ao mundo, mas nunca contestando as regras comportamentais, sentimentais ou cognitivas que interiorizamos quando aprendemos a amar” (Costa, 1999, p. 34).

Desde sua invenção, o amor romântico também vem sofrendo variações. A experimentação da sexualidade foi uma das mudanças mais perceptíveis. Em especial na segunda metade do século XX, as mulheres reivindicam seus direitos ao prazer sexual, o que é

descrito tanto por Villela (1999) quanto por Giddens (1993). Isso foi possibilitado com a expansão do saber médico e com o surgimento de métodos contraceptivos como, por exemplo, o uso de anticoncepcional (que chegou ao Brasil em 1962) e da camisinha. Com o uso de anticoncepcional era possível ter relações sexuais e não engravidar. Portanto, as mulheres podiam viver sua sexualidade abrindo mão de um compromisso familiar. Nesse sentido, Giddens (1993) traz a ideia da “sexualidade plástica”, ou seja, liberta das necessidades de reprodução.

Além disso, a emancipação feminina também alcançou a área jurídica. Foram criadas leis que davam maior liberdade à mulher, como o divórcio. Outra mudança significativa foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Hoje, a contribuição financeira das mulheres é decisiva para o orçamento doméstico. E, dessa forma, sua participação como organizadora do contexto econômico doméstico tem crescido significativamente.

Estas mudanças históricas e sociais produzem efeitos diversos nas relações amorosas. Fato que abriu espaço para emergência de outras estruturas familiares e relacionais, como as de mulheres que criam sozinhas os seus filhos, filhos que não vivem com os pais biológicos, lares de solteiros e os casais que não coabitam. Desconectadas do universo familiar, as relações amorosas também estão se reconfigurando e colocando novos desafios para os amantes e para aqueles que desejam compreender esses novos contornos relacionais.

Um breve panorama das invenções amorosas na contemporaneidade

As reconfigurações históricas e sociais das relações amorosas acabam repercutindo em diversas esferas da vida. Isso nos leva a tomar em análise o quanto a contemporaneidade é marcada por uma espécie de crise dos papéis sociais masculino e feminino, pela problematização das relações homossexuais e pela preocupação com as relações amorosas dos jovens e dos idosos.

Iniciando pela crise dos papéis sociais, Kirsch (2003) diz que há um interesse crescente acerca deste tema. O autor afirma que os homens têm suportado por muitos anos o fardo imposto pela premissa de que o sexo masculino é o sexo forte, mas que atualmente não pode mais ser considerado como tal. Segundo Silva (2006), a crise da masculinidade contemporânea toma forma a partir de um conflito identitário vivido pelo homem. Isso porque

haveria uma tentativa de se manter um modelo de gênero masculino que seja hegemônico, isto é, aquele que garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Vários autores concordam que esse modelo hegemônico deixou de se sustentar com o advento do movimento feminista, na década de 70, e nas mudanças trazidas por ele no campo do trabalho, das relações afetivas, sociais e sexuais. Diante de tantas dúvidas que surgem em decorrência da crise do masculino, Ceccarelli (2003) ressalta que ao contrário do que às vezes se pensa, a palavra “crise” em algumas línguas possui um conotação importante, pois significa mudança, movimento. Ainda assim, as mudanças causam angústia, uma vez que é necessário um desinvestimento libidinal em favor de novas maneiras de viver e de se relacionar.

Outra transformação a ser analisada aqui são os amores homossexuais. São pessoas que sentem atração física e/ou emocional por um outro do mesmo sexo. Por muito tempo, esta preferência foi considerada anormal, ou seja, era uma conduta desviante e muitas vezes chamada de doença. Porém, desde meados do século XX, a homossexualidade tem sido gradualmente desclassificada como doença. Assim, no dia 15 de dezembro de 1973, a homossexualidade deixou de ser classificada como um distúrbio pela Associação Americana de Psiquiatria. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia adotou o mesmo procedimento. No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade como um desvio sexual e, em 1999, estabeleceu regras para a atuação dos psicólogos em relação à questões de orientação sexual, declarando que "*a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão*" (Periódico Contato, 2011) e que os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. A desconstrução desta imagem tem contribuído para modificar as representações sociais mais preconceituosas que circulam no social, além de fortalecer a reivindicação da liberdade e do direito à cidadania e ao afeto. Tal reivindicação pode ser vista na luta dos homossexuais pela legalização do casamento e da adoção de crianças. Em alguns países, os homossexuais já têm este direito.

Segundo Moreira (2010), tanto na relação hetero quanto na homossexual, é necessário considerar a presença do outro em sua diferença, ou seja, o amor não é um sentimento natural, ele é construído na relação. Assim, pode-se dizer que a relação amorosa homossexual depende do significado que o indivíduo atribui à sexualidade. Portanto, o que se poder perceber é que

amor homossexual segue o mesmo caminho que um dia o amor hetero seguiu: a reivindicação do afeto, da igualdade dentro da família e da incorporação de valores do amor romântico.

Outra problematização que cerca as relações amorosas na contemporaneidade envolve as transformações relacionais colocadas em curso pela juventude – que são bem diferentes daquelas vividas pelas gerações anteriores e que envolvem o “ficar” e o “pegar”. Almeida e Oliveira (2007) afirmam que o ficar envolve beijos e demais carícias, sendo caracterizado pela falta de compromisso entre o casal que busca o prazer e a satisfação imediata. Entretanto, segundo Messeder (2002) o ficar é caracterizado como um relacionamento no qual os atores sociais possuem uma intimidade e uma proximidade maiores, eles se vêem em uma frequência que pode adquirir uma regularidade e até desembocar em um namoro, mas sem formalidades e nem visibilidade sociais. Outro termo bastante utilizado pela juventude é o pegar que, segundo um estudo dirigido por Oliveira (2007), pode ser caracterizado por um ato espontâneo, não repetível, sem compromisso e com a predominância do interesse físico. Entretanto, nesse estudo os sujeitos não foram unânimes ao relatar o que acontece dentro do “pegar”, podendo incluir desde beijo até o ato sexual.

Almeida e Oliveira (2007) fazem uma colocação pertinente: não se pode dizer que os relacionamentos de hoje ganharam ou perderam características desejáveis por serem mais dinâmicos e fluídos que antigamente, uma vez que fazem parte da história de uma civilização e, sendo assim, cada casal constitui o relacionamento da forma que para eles seja considerada melhor. Pode-se também relatar que os valores e os papéis característicos ligados à masculinidade e/ou feminilidade nestes relacionamentos não são mais tão bem circunscritos como há alguns anos atrás.

Agora que já sobrevoamos um pouco o universo das relações amorosas dos jovens, parece-nos importante dar alguma atenção à vida dos idosos, uma vez que eles também podem ajudar a compreender os contornos das relações amorosas. A velhice é considerada um período de perdas de diversas potencialidades biológicas, que muitas vezes engendram mudanças nos papéis sociais assumidos pelos idosos, que podem ser marginalizados em função da menor produtividade. Essa marginalização, em diversas situações, distancia o idoso do convívio social mais amplo e compromete sua sociabilidade. Como as perdas são inegáveis, é cabível que estas sejam tomadas em análise, afinal, não se pode ignorar a

passagem do tempo, mas é preciso compreender que nem todas as transformações que ocorrem na velhice são necessariamente negativas. A experiência de vida e os encontros com tantas outras pessoas e situações permitem que os idosos possam transformar as diversas possibilidades criadas por esses encontros em experiências importantes.

Levando em conta que a velhice não diz respeito mais a um período exclusivamente de ostracismo e perdas, parece interessante pensar em como as relações amorosas e sexuais acontecem nesta fase da vida. Mesmo acreditando que os idosos possam estabelecer relacionamentos amorosos, ocorre que em certas situações, o próprio grupo social do qual eles fazem parte, dificulta o exercício da sua vida afetiva e sexual (Almeida & Lourenço, 2008). A baixa quantidade e qualidade de informações sobre as manifestações amorosas na velhice tendem a gerar preconceitos e os idosos podem sentir dificuldades em preservar seus relacionamentos afetivos e sexuais. Custódio afirma que apesar das mudanças fisiológicas e anatômicas implicadas no processo de envelhecimento, homens e mulheres “podem continuar a desfrutar da sua sexualidade, mesmo no seu campo mais restrito que são as relações sexuais” (Custódio, 2008, p. 70). Apesar desse fato, a sexualidade nesta etapa da vida ainda é pouco discutida. Assim, a falta de atenção dispensada ao exercício da sexualidade na velhice pode indicar complicações pouco imaginadas como, por exemplo, o aumento no índice de infectados pelo vírus HIV com mais de 60 anos, que foi relatado pelo Ministério da Saúde em 2007 (Gomes & Silva, 2008). Esses dados que indicam aumento nos casos de AIDS entre idosos mostram um comportamento sexual presente na velhice que pouco é evidenciado, como muitos outros fatores que envolvem relacionamentos amorosos dessa parte da população.

Depois de percorrer algumas formas de amar, pode-se perceber que as transformações que ocorreram com o passar dos anos permitiram que hoje seja dada maior visibilidade às diferentes esferas sociais que experimentam as formas de amar, mas também aos componentes subjetivos ligados ao amor que estão disseminados no social, como veremos.

A disseminação de componentes amorosos no campo social

Pensar em relações amorosas leva-nos a entender que essas se caracterizam a partir dos agentes sociais que as experimentam, localizando-se diferentemente no tempo e na

história. Isso nos coloca a tarefa de argumentar sobre a maneira como cada indivíduo se constitui ao experimentar os relacionamentos. Guattari discute o conceito subjetividade mostrando que ele que implica em uma produção que envolve instâncias individuais, coletivas e institucionais. Semelhante a qualquer outra produção no capitalismo, a produção de subjetividade também tende à massificação e hegemonia (Guattari & Rolnik, 1999).

Desse modo, a idealização de uma única pessoa que represente o par perfeito com o qual seria possível estabelecer vínculo eterno também é uma produção social amplamente disseminada. Assim, pode-se dizer que este ideal do amor romântico está presente nas relações contemporâneas, sendo produzida e compartilhada no meio social em determinado tempo histórico (Guattari & Rolnik, 1999).

Seguindo este ponto de vista, pode-se dizer que a sociedade vale-se de diferentes estratégias para produzir e manter o ideal romântico. Sobre isso, Guattari e Rolnik (1999) dizem que as subjetividades são modelizadas por produções diversas presentes nas músicas, filmes, literatura, as quais também colaboram para construir e manter o caráter idealizado do amor romântico.

No livro *El consumo de la utopia romântica*, Illouz (2009) assinala uma relação estabelecida harmoniosamente entre o amor romântico e o capitalismo. Segundo a autora, rituais românticos são consumidos de forma a revigorar esse tipo de vínculo. Percebe-se que estas estratégias para manter o ideal romântico em circulação no nosso tempo histórico estão presentes no âmbito do mercado, isto é, há um consumo deste ideal. De acordo com Costa (2005), o amor romântico está incorporado num amplo leque de produtos, objetos, locais e rituais, que trazem como marca os ideais e os sentimentos amorosos que lhe são característicos. Há, assim, uma implementação dos mecanismos de mercado na esfera das relações amorosas, onde é “vendido” o jeito “certo” de se relacionar.

O consumo de rituais afetivos é facilmente identificado no âmbito do mercado e amplamente difundido em datas comemorativas como o dia dos namorados. O comércio lucra com a venda de produtos associados ao ideal de relacionamento. Nessa perspectiva, vitrines de lojas servem para ilustrar a disseminação das campanhas de *marketing* que vendem ideais românticos, deixando clara a valorização não apenas da data, mas também a “venda” dos ideais românticos.

Esta normatização das relações amorosas faz com que tudo que se diferencie do amor padrão e da relação “vendida” como certa, seja considerada errada, profana ou até mesmo patológica. Lasch vai além e diz que tanto o casamento aberto quanto as relações sem compromisso são originadas na cultura do consumo. E isso acontece porque “uma sociedade de consumidores define a escolha não como a liberdade de escolher uma linha de ação em vez de outra, mas como a liberdade de escolher todas as coisas simultaneamente”. Portanto, “liberdade de escolha significa ‘deixar suas opções em aberto’” (Lasch, 1987, p. 29).

A partir desta reflexão, pode-se dizer que as relações amorosas, no sentido ideal, estão se desconstituindo? Rios relata que para a psicanálise o amor acontece quando a libido é investida em um objeto. Na infância, a criança passa por uma fase de espelhamento, onde ela se vê e se ama, denominada “narcisismo”. Ao crescer, ela começa a enxergar o outro e assim percebe que há outras pessoas para amar, além dela própria. Lasch relata ainda que “a cultura organizada em torno do consumo de massa estimula o narcisismo” (Idem, p. 24) que seria a disposição das pessoas de verem o mundo como um espelho. Ele também afirma que “o indivíduo não apenas aprende a avaliar-se face aos outros, mas a ver a si próprio através dos olhos alheios” (Idem, p. 21).

Rios (2008) considera que, como faltam referências culturais legítimas com o outro, o eu se torna seu próprio objeto de amor e de sustentação. Nos meios de comunicação, esse narcisismo ganha destaque: vale mais a aparência e o consumo para sustentar as identidades. Assim, o outro é colocado como um simples espectador da beleza do eu ou como um dos seus bens de consumo.

Entretanto, mesmo realizando seus supostos desejos, as pessoas podem se sentir sozinhas. Isso ocorre porque o ideal de amor romântico ainda se encontra presente em suas fantasias. Mas como esse ideal é inalcançável, buscam-se incessantemente o prazer imediato e a liberdade. Alguns efeitos desse ideal inalcançável podem ser encontrados em nossos dias, por exemplo, nos crimes passionais envolvendo assassinato de parceiros e filhos. Como vimos no início deste trabalho, os preceitos do amor romântico são carregados de moralidade. Cada indivíduo, com base na sua história e nas suas percepções, utiliza os ideais morais de maneira diferente, criando e ressignificando esses valores.

Entretanto, diversas brechas são inventadas para experimentar novas formas de amor para além da romântica, as quais fogem da massificação. Para que haja essa “brecha” faz-se necessário pensar nos processos de singularização, visto que, por meio deles destes, os encontros com o outro podem ser percebidos e experimentados de maneiras outras, que não aquelas já instituídas. Como seria possível experimentar uma relação amorosa singular? Isso seria possível tendo em vista que a subjetividade é produzida e ao mesmo tempo produto social e a sua apropriação dá-se no momento da interação com o outro, em vivências distintas.

É pelo fato de implicar o contato com a diferença que a relação com o outro pode ser singular. Sendo assim, cada sujeito interpreta suas interações de modo único, podendo variar conforme o momento histórico em que vive. Sobre isso, Guattari e Rolnik dizem:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (Guattari & Rolnik, 1999, p.33).

Esses processos de singularização nos permitem encontrar no social diversos modos de “viver”, trabalhar, conversar, conviver, se relacionar e também de amar, que escapam à normatização. Pode-se dizer que nosso momento histórico é marcado pela coexistência dessas múltiplas maneiras de amar. As relações amorosas têm se mostrado de várias formas, algumas que se orientam pelos padrões vigentes e outras que não se identificam com esses padrões, o que poderia nos apontar a superação dos paradigmas morais. Contudo, é necessária certa prudência para que não se estabeleçam, nas experimentações das diferenças amorosas, novos modelos cristalizados e novos paradigmas que levariam à novos ideais de amor a serem perseguidos como fórmulas corretas.

Considerações Finais

A partir das exposições feitas no presente trabalho pode-se notar que, apesar da invenção de novas maneiras de viver as relações amorosas na contemporaneidade, o ideal

romântico ainda encontra-se presente na vida cotidiana dos amantes devido a uma tentativa de normatização da moral empreendida por diversas esferas sociais.

Partimos da perspectiva de que as diversas concepções de amor são construções históricas que se modificam ao longo do tempo de acordo com o contexto social de cada época. Entretanto, isso não exclui a possibilidade de existir modelos, fórmulas e padrões de normalidade que afetam diretamente as concepções e os modos de amar. A Psicologia tem, assim, o desafio de acompanhar e compreender os múltiplos contornos que são desenhados nas relações amorosas para, quando possível, acionar, em suas práticas, uma sensibilidade para o novo e para a dimensão mutante das relações afetivas. Tarefa nada fácil diante dos ideais que são permanentemente disseminados pela mídia televisiva, pela indústria fonografia e pelas produções cinematográficas. Entretanto, cabe reafirmar que os múltiplos componentes de subjetivação que são colocados em curso nas relações sociais contemporâneas não param de reinventar as relações amorosas a revelia das normatizações.

Referências

Almeida, T. de, & Oliveira, H. C. de. (2007, novembro) A importância e a banalização do amor no cotidiano. *Anais da Jornada Apoiar: saúde mental nos ciclos da vida*, São Paulo, SP, Brasil, 5. Recuperado em 23 outubro, 2010, de: http://www.thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/A_importancia_e_a_banalizacao_do_amor_no_cotidiano.pdf

Almeida, T., & Lourenço, M. L. (2008) Amor e sexualidade na velhice: direito nem sempre respeitado. *Revista brasileira de ciências do envelhecimento humano*, 5(1), 130-140.

Ceccarelli, P. R. (1998). A masculinidade e seus avatares. *Catharsis*. 19,10-11. Recuperado em 03 abril, 2011, de <http://www.revistapsicologia.com.br/index2.htm>

Costa, S. (2005). Amores fáceis: romantismo e consumo da modernidade tardia. *Novos estudos*, (73), 111-124.

Custódio, C. M. F. (2008) *Representações e vivências da sexualidade no idoso institucionalizado*. Dissertação, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.

Giddens, A. (1993). *Transformações da Intimidade e da Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta.

Goldhill, S. (2007). *Amor, sexo e tragédia: como gregos e romanos influenciam nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gomes, S. F.; Silva, C. M. da (2008). Perfil dos idosos infectados pelo HIV/AIDS: uma revisão. *Vitalle*, 20(1), 107-122.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1999) *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.

Illouz, E.(2009). *El consumo de la utopia romántica: el amor y las contradicciones culturales del capitalismo*. Buenos Aires: Katz.

Kirsch, D. (2003). A crise do masculino. *Cadernos de resumos do Congresso Nacional do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos*, Londrina, PR, Brasil, 13. Recuperado em 21 março, 2011, de http://www.cppc.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=147&Itemid=114

Lasch, C. (1987). *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis* (4a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Messeder, S.A. (2002). “Namorei não, Peguei”: o pegar como uma forma de relacionamento amorosa-sexual entre os jovens. *Resumos do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, MG, Brasil, 13. Recuperado em 07 dezembro, 2010, de: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_ST40_Messeder_texto.pdf

Moreira, A. (2010). O amor e a paixão entre pessoas do mesmo sexo. *Revista Junguiana*, 2(28), 49-57.

Novais, F. (org.). (1998). *História da Vida Privada no Brasil: Da Belle Epoque à Era do Rádio* (Vol.3). São Paulo: Companhia das Letras.

Oliveira, D. C. De, Gomes, A. M. T., Marques, S. C., & Thiengo, M. (2007). A "Pegar", "ficar" e "namorar": representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. *Rev. bras. Enferm* (60)5, pp. 497-502. Recuperado em 23 outubro, 2010, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000500003&lng=en&nrm=iso

Palcoski, F. R. J., Carvalho, V., & Cunha, O. C. (2009). Homofobia: Discriminação, intolerância, exclusão x Aceitação da diversidade sexual. *Revista Contato*, (65), 16-21.

Rios, Izabel Cristina. (2008). O amor nos tempos de Narciso. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 12(25), 421-426. Recuperado em 20 maio, 2011, de : < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n25/a16v1225.pdf>>.

Sant'Anna, M. R. (2008). Amor cortês e moda. A construção de um outro mundo social. *Modapalavra e-periódico*, (1), 52-66. Recuperado em 8 dezembro, 2010, de http://www.ceart.udesc.br/modapalavra/edicao1/artigos/amorcortes_mararubia.pdf

Simonnet, D. D., Courtin, J., Le Goff, J., Solé, J., Ozouf, M., Corbin, A., & Sohn, A. M. (2003) *A mais bela história do amor: do primeiro casamento na Pré-História à revolução sexual no século XXI*. Rio de Janeiro: Difel.

Santos, A.C. (2003). Debate sobre o artigo de Maria Andréa Loyola. *Cad. Saúde Pública* [online], 19(4), 885-886. Recuperado em 28 maio, 2010, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000400003

Silva, S.G. da. (2006). A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(1), 118-131. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso

Villela, W. V. (1999). Prevenção do HIV/AIDS, Gênero e sexualidade; um desafio para os serviços de saúde. In: Barbosa, M. R. & Parker, R. (Orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ.

EIXO TEMÁTICO: PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL